



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 097/2018**

**1. INTRODUÇÃO**

1.1 A Comissão Pregoeira da Prefeitura do Município de Tanguá, mediante a pregoeira designada pela Portaria nº 123 de 04 de junho de 2018, torna público para conhecimento dos interessados que no dia 19/12/2018, às 16:00 horas, na Rua Vereador Manoel de Macedo, nº 680 – Centro – Tanguá – RJ, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, conforme descrito neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto nas Leis 10.520/2002 e 8.666/93; Decreto Municipal nº 1095/2006 de 10 de junho de 2006, Lei Complementar 123, Lei Municipal nº 635 de 31 de outubro de 2007 e respectivas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.2 Este procedimento licitatório está vinculado ao processo administrativo nº 1505/2018 expedido pela Secretaria Municipal de Agricultura.

1.3 As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicada em Diário Oficial do Município, divulgada por meio eletrônico na internet, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, email ou telegrama, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 Este edital poderá ser adiado ou revogado por razões de interesse público, ou anulado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 21 do Decreto Municipal 1095/2006.

1.5 O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na sala da Comissão de Pregão da Prefeitura do Município de Tanguá, no endereço acima.

Valor do edital: 01 (uma) resma de 500 folhas de papel A4.

1.6 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início desta licitação, no endereço na Rua Vereador Manoel de Macedo, nº 680 – Centro – Tanguá – RJ ou pelo telefone (21) 2747-1140 de 9:00 até às 16:00 hs.

**2. OBJETO**

2.1 O Objeto do presente pregão é a seleção de proposta mais vantajosa para Locação de Trator Agrícola, incluindo operador, conforme termo de referência em anexo e demais disposições deste edital.

2.2 O objeto do presente pregão está estimado no valor total de R\$ 141.841,92 (cento e quarenta e um mil oitocentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos)

2.3 O licitante vencedor está sujeito as condições de aprovação do serviço do objeto da licitação, em consonância com o dispositivo no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

**3. AQUISIÇÃO E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

3.1 O edital encontra-se à disposição do interessado na Comissão de Pregão, no endereço e telefone acima mencionados.

3.2 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, providências ou formular impugnações contra o ato convocatório, devendo fazer por escrito, no prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data marcada para a realização da sessão pública de abertura da licitação, sob pena de decadência do direito, devendo ser dirigidos ao pregoeiro, no endereço e telefone especificado acima, no horário comercial.



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

3.3 Caberá ao pregoeiro responder, dentro de 24 (vinte e quatro) horas do seu recebimento, as impugnações e pedidos de esclarecimentos formulados tempestivamente, com encaminhamento de cópia da resposta a todos os interessados.

3.4 No caso de ausência da solicitação, pressupõe-se que os elementos constantes neste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente qualquer reclamação.

3.5 Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

#### 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 Os recursos para cobrir as despesas com a presente licitação estão previstos no orçamento desta municipalidade conforme descrito no termo referencia constante neste edital.

#### 5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 O julgamento do presente pregão será feito pelo critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

#### 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação as empresas inscritas no registro cadastral da Prefeitura Município de Tanguá ou as que apresentarem toda documentação necessária à qualificação na hora da licitação.

6.2 Não poderão participar desta licitação:

- a) Empresas de que trata o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Empresas suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento e as declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração pública federal, estadual ou municipal;
- c) Empresas em estado de falência ou concordata;
- d) Consórcios;
- e) Não será permitida a participação de licitantes que tenham tomado parte na elaboração do projeto. Também é vedado concorrer às empresas que possuam em seu quadro técnico, profissional que participou na elaboração do projeto como autor ou colaborador.

6.3 A apresentação da proposta significará que o licitante tomou conhecimento de todas as informações que julgou necessárias à sua participação, que examinou o conteúdo do edital e seus Anexos e os encontrou corretos, e que aceita, integral e irrevocavelmente os seus termos.

6.4 O licitante vencedor obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação de acordo com o art. 55, inciso XIII da Lei Federal nº. 8.666/93.

6.5 A participação na licitação importa total e irrestrita submissão das proponentes às condições deste edital.

#### 7. CREDENCIAMENTO

7.1 A abertura desta licitação se dará em sessão pública, dirigida pelo pregoeiro designado e se realizará conforme legislação mencionada no preâmbulo deste edital.

7.2 Antes do início da sessão, a proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro, por um representante que, devidamente munido de documentos que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos da legislação.

7.3 O credenciamento se fará, no caso de representante, além do contrato social, instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente. Sendo sócio, proprietário, dirigente



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora.

7.4 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de 01 (uma) licitante.

7.5 Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores mesmo que não estejam munidos de procuração. A ausência deste documento implicará de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como na perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o portador impedido de se manifestar durante os trabalhos.

7.5 A ausência do credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do pregoeiro.

7.7 Declarado encerrado o procedimento do credenciamento, não será admitida a participação de outras participantes.

7.8 As Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte - EPP deverão apresentar a cópia do seu pedido de enquadramento (Declaração de ME ou EPP) e Certidão Simplificada da Junta Comercial que conste o seu enquadramento (ME ou EPP) para fins das prerrogativas da Lei Complementar 123/06 e suas alterações. (Anexo VII)

## 8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

8.1 No local, data e hora fixados no item 1.1 deste edital, apresentarão os licitantes suas propostas e documentos de habilitação em 02 (dois) envelopes, opacos, indevassáveis e fechados, designados respectivamente “A” e “B”, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

**ENVELOPE “A” – PROPOSTA**  
**COMISSÃO DE PREGÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 097/2018**  
**RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE**

**ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**COMISSÃO DE PREGÃO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 097/2018**  
**RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA PROPONENTE**

8.2 O licitante deverá entregar, juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, mas de forma avulsa, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados acima, os seguintes documentos:

8.2.1 – Declaração de habilitação – anexo V;

8.2.2 – Credenciamento – anexo VI;

8.2.3 – Declaração de preços – anexo VII e

8.2.4 – Declaração de ME ou EPP – anexo VIII;

8.2.5 – Contrato social;

8.2.6 – cédulas de identificação dos sócios e do credenciado, quando for o caso.

## 9. ENVELOPE “A” – PROPOSTA

9.1- A proposta de preços poderá ser apresentada em original no formulário oficial da licitante, em (01) uma via, manuscrita, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, que contenha razão social, endereço, telefone, fax, CNPJ, e-mail, site ou qualquer outro dado considerado



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

relevante, devendo estar devidamente datada, assinada na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da proponente contendo:

9.1.1 Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

9.1.2 Descrição clara do objeto licitado com indicação de marca, referência, procedência e outros elementos;

9.1.3 Preço unitário, total por item ou por lote e preço global, conforme termo de referência – anexo I, em real, expressos em algarismo de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto desta licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.2 As Propostas de Preços serão verificadas pela Comissão de Pregão, quanto a erros aritméticos, que serão corrigidos da seguinte forma:

9.2.1 Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente - será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto.

9.2.2 Erro de adição - será retificado conservando-se parcelas corretas e trocando-se a soma.

9.3 O preço total apresentado na Proposta de Preços corrigido pela Comissão de Pregão, em conformidade com os procedimentos acima e após anuência do licitante, constituirá o valor da proposta.

9.3.1 Se o licitante não aceitar as correções procedidas, sua proposta será desclassificada.

9.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem no todo ou em parte, as disposições deste edital.

9.5 O Licitante, que alterar a(s) quantidade(s) constante(s) da Proposta de Preço (Anexo II), será desclassificado.

9.6 Prazo da prestação de serviço deverá atender ao especificado no termo de referência (anexo I);

9.7 Garantia de que o objeto será substituído, sem ônus para a administração, caso não esteja de acordo com as especificações e padrões exigidos.

9.8 A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.8.1 Declaração expressa de que nos preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances verbais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital, anexo VII.

9.8.2 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse ou qualquer título.

9.9 A falta de assinatura na proposta poderá ser suprida pelo representante legal da empresa, desde que presente à reunião da abertura do envelope “proposta”.

9.10 Em caso de discrepância entre os preços unitário e total, será considerado o primeiro.

9.11 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem exigências do ato convocatório, que sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos ou irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestações inexecutáveis.

9.12 Poderão ser desclassificados os itens, cujos valores estejam acima dos estimados, após a fase de lances.



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

9.13 As empresas de melhores propostas deverão apresentar à Comissão Pregoeira, mídia contendo a proposta dos itens por elas vencidos.

10. ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO

10.1 Para habilitação é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

**Habilitação Jurídica:**

10.1.1 Cédula de identidade do sócio administrador e do representante quando credenciado;

10.1.2 Registro comercial, no caso da empresa individual;

10.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores;

10.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**Qualificação Econômico-Financeira:**

10.1.5 Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo Distribuidor da sede do licitante. Se o licitante não for sediado na Comarca de Itaboraí, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas.

10.1.6 Balanço patrimonial e demonstrações do último exercício social, já exigíveis, registrado na Junta Comercial ou em cartório, contendo: Termo de Abertura, Termo de Encerramento, índices oficiais apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um virgula zero) Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL À LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL À LONGO PRAZO}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero). Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1,0 (um vírgula zero). Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL À LONGO PRAZO}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

10.1.7 Prova de capital integralizado ou de patrimônio líquido no mínimo de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da licitação, na forma prevista § 2º e 3º, do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93;



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**Regularidade Fiscal:**

10.1.8 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual;

10.1.9 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal e Dívida ativa do Estado, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda da sede da licitante.

10.1.10 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, da sede da licitante.

10.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

10.1.12 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da união, expedida pela Secretaria da Receita Federal, da sede da proponente.

10.1.13 Certificado de regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS), nos termos do Art. 195, § 3º da Constituição Federal;

10.1.14 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) que comprove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

10.2 Declaração de menor – anexo III;

10.3 Declaração de superveniência – anexo IV;

10.4 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Não existindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados da sua expedição.

**11. OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ENVELOPE “B” - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

11.1 Deverão ser apresentados em cópia reprográfica ou em publicação no Órgão da Imprensa Oficial e rubricados pelo representante legal do licitante na ordem de solicitação dos documentos conforme item 10.

11.1 Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar qualquer dos documentos ou que façam em desacordo com este edital.

11.2 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

**12- ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

12.1 A partir do horário previsto no 1.1 deste edital terá início a sessão pública do PREGÃO, quando o pregoeiro receberá os envelopes de propostas e documentação, passando à abertura do envelope “A”.

12.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo a(s) proposta(s), ocasião em que será procedida a verificação da conformidade dessa(s) com os requisitos estabelecidos neste edital, à exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis. A seguir, as propostas serão analisadas e rubricadas pelos licitantes presentes ao certame.

12.3 Ato contínuo, o pregoeiro classificará as propostas de menor preço e aquelas que tenham valores sucessivos em ordem crescente de preços, em até 10% (dez por cento) daquela.

12.4 Quando não se verificar, no mínimo 03 (três) propostas escritas com preços compreendidos de acordo com o critério estabelecido anterior, o pregoeiro classificará as propostas subsequentes de menor preço, quaisquer que sejam os preços ofertados, a fim de que participem dos lances verbais.

12.5 Prosseguindo, será dado início à fase de apresentação dos lances, da qual participarão somente as proponentes classificadas na forma dos itens acima.



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

12.6 Os lances serão feitos verbalmente pelas proponentes classificadas, em ordem sequencial e a convite do pregoeiro, a partir da proponente classificada como de maior preço, sendo imediatamente registrado pelo pregoeiro o seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.7 As proponentes poderão oferecer lances sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

12.8 Só será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance registrado.

12.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.10 Durante o transcurso da sessão pública, o pregoeiro informará constantemente as licitantes o valor de menor lance.

12.11 A sessão de lances será ininterrupta, até que seja estabelecido o menor lance a ser contratado.

12.12- Quando houver necessidade de interrupção dos lances, por motivo devidamente justificado, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa as participantes, divulgando data e hora para a reabertura da sessão.

12.13 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, informado pelo pregoeiro as licitantes, após o que aguardará pelo período de até 15 (quinze) minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

12.14 A proponente que não apresentar lance quando convocada pelo pregoeiro ou aquela que expressamente desistir de fazer lance, será excluída dessa fase, mantendo-se o último preço apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

12.15 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre as propostas de menor preço e o valor estimado para as aquisições.

12.16 O empate entre duas ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente pregão.

### 13. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada como de menor preço quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito, desclassificando-a se incompatível com os preços praticados no mercado.

13.2 O pregoeiro sempre poderá negociar diretamente com a proponente a fim de obter melhor preço, verificando-se essa possibilidade após o exame da proposta de menor valor, observado o disposto do item acima e quando não se verificarem lances verbais.

13.3 O pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

13.4 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas ou os lances subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda as exigências editalícias.

13.5 A licitante declarada vencedora deverá apresentar ao pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o encerramento deste pregão, a proposta escrita de preço contemplando o lance final ofertado, observando o item 9.13, caso a proposta tenha valor acima de R\$ 265.000,00.

13.6 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades estabelecidas neste edital.

13.7 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes.



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

13.8 Quando todas licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar as licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

13.9 Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a administração e nem ferir os direitos dos demais participantes.

13.10 Microempresas e empresas de pequeno porte

13.10.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do artigo 5º, § 2º da Lei Municipal 635/2007, com preços iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 6º do artigo 5º da Lei Municipal nº 635/2007.

13.10.2 - Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.

#### 14. HABILITAÇÃO

14.1 Uma vez verificada a aceitabilidade da proposta, será aberto o envelope “B” – documentação, para constatação das condições de habilitação da empresa proponente.

14.2 Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, observado o disposto no seu item 9, a licitante será declarada vencedora.

14.3 Será desclassificada a proposta que, classificada como a de menor preço, não atender a qualquer das exigências para habilitação fixadas no edital, situação em que o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital.

14.4 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizado o acordo, com a entrega da nota de empenho/assinatura do contrato à licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo sem que sejam retirados, serão destruídos.

14.5 Microempresas e empresas de pequeno porte (artigo 3º da Lei Municipal 635 e Lei Complementar 123 de 14/12/2006, e suas alterações)

14.6 A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

14.7 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de retirada de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

14.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

14.9 A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.





*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

## 15. DOS RECURSOS

15.1 A licitante interessada em interpor recurso deverá manifestar-se no final da sessão pública do pregão, registrando-se em ata a síntese de suas razões, sendo-lhe concedido o prazo de até 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentarem contra-razões em igual prazo que correrá a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

15.2 As razões e contra-razões de recurso deverão ser enviadas à Comissão de Pregão, no endereço indicado no item 1.1 deste edital.

15.3 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante ou não encaminhamento das razões do recurso no prazo legal indicado acima, importará na decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro à vencedora.

15.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5 Os recursos terão efeito suspensivo e serão dirigidos à autoridade superior, por intermédio do pregoeiro, que considerando ou não sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará ao pregoeiro de forma fundamentada.

15.6- A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, reduzida a termo em ata.

15.7- Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

## 16. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 Constatado o atendimento das exigências previstas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, com a posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

16.2 Não havendo interposição de recurso, após seu julgamento, a autoridade superior adjudicará e homologará o objeto da licitação.

16.3 O resultado dessa licitação será publicado na Resenha Municipal.

16.4 Uma vez homologado o resultado da licitação pela autoridade superior, a licitante vencedora será convocada, por escrito, à comparecer, dentro do prazo de 03 (três) dias, para recebimento da nota de empenho/assinatura do contrato.

16.5 O prazo de convocação acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela autoridade superior da instituição.

16.6 Deixando a adjudicatária de receber a nota de empenho/assinatura do contrato no prazo mencionado, contados da data de sua efetiva e documentalmente comprovada convocação, o pregoeiro procederá sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas à faltosa, ao exame das ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de proposta que atenda ao edital, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação.

16.7 O licitante vencedor poderá ser instado pelo pregoeiro a apresentar amostra do produto cotado para verificação de sua compatibilidade com a especificação do objeto desta licitação no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da sua notificação, que será efetivada por uma das formas previstas na cláusula do item 1.3

16.8 A amostra será analisada por representante da Secretaria Responsável que emitirá laudo motivado acerca do produto apresentado, podendo, ainda, ser realizados testes em laboratórios especializados ou quaisquer outros procedimentos necessários para a adequada verificação da amostra apresentada.

16.9 As amostras aprovadas permanecerão em poder da Administração, até a entrega de todo o quantitativo cotado pelo licitante.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

16.10 A proposta do licitante será desclassificada no caso de a amostra ser reprovada, devendo o mesmo ser notificado por uma das formas previstas na cláusula 1.3 para ciência do laudo e retirada da amostra.

16.11 A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior, acarretará o conseqüente chamamento do segundo colocado, adotando-se o mesmo procedimento em relação a amostra.

#### **17- DO CONTRATO E DO PAGAMENTO**

17.1 O contrato poderá ser substituído pela nota de empenho, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital, as Lei nº 10.520 e 8.666/93 e demais normas aplicáveis.

17.2 O pagamento será efetuado pelo Departamento de Tesouraria através de depósito na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis após a entrega dos materiais no Departamento de Almoxarifado, sito à Rua Demerval Garcia de Freitas, nº 88, Centro – Tanguá - RJ, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura, a qual será conferida e atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei nº 8.666/93 e desde que não ocorra fato impeditivo provocado pela adjudicatária.

17.3 Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar além da nota fiscal/fatura, o recibo discriminado de acordo com a nota de empenho.

17.4 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

17.5 O pagamento somente será efetuado após a comprovada regularidade da contratada, por meio de consulta 'on-line'.

17.6 Caso se faça necessária representação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo para pagamento reiniciar-se-á a contar da data da respectiva representação.

17.7 Os preços são fixos e irredutíveis.

17.8 Por eventuais antecipações no pagamento das Notas Fiscais a Contratada sujeitar-se-á ao desconto com aplicação do índice do IPC-FIPE, calculado "pró-rata-die", entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia do adimplemento.

#### **18. PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1 As licitantes, adjudicatárias e demais participantes desta licitação estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

18.2 A licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e compromissos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados a juízo da administração, aplicar-se-ão as seguintes sanções, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse desta municipalidade.

I – ADVERTÊNCIA pelo não cumprimento das disposições deste Termo, desde que não interfira no andamento normal do serviço ou sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

II – multa equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura por dia em que sem justa causa a contratada não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste contrato, até o máximo de 30 (trinta) dias, quando então incidirá em outras cominações legais;

III – multa de 1% sobre o valor total contratado a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

IV – multa de 0,1% ao dia, sobre o valor total da obrigação pendente, nos casos de atraso injustificados de até 05 (cinco) dias nos prazos de:

1 – Na entrega do objeto licitado;



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

2 – Na montagem;

3 - Na substituição do objeto licitado.

V – multa de 0,2% ao dia até o limite máximo de 3,0%, sobre o valor total da obrigação pendente, nos casos de atraso e/ou recusa injustificada acima de 05(cinco) dias nos prazos de:

1 – Na entrega do objeto licitado;

2 – Na montagem;

3 - Na substituição do objeto licitado.

VI – Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para entrega ou substituição do objeto licitado, sem justificativa aceita pela administração, o objeto será considerado como inexecutado;

VII – multa de 7,5% sobre o valor total da obrigação pendente em casos de:

1 – entrega parcial dos objetos licitados;

2 – montagem parcial dos objetos licitados;

3 – não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial.

4 – outras hipóteses de inexecução parcial do Contratado

VIII – multa de 15% sobre o valor total contratado nos casos de:

1 – recusa injustificada em iniciar a entrega dos objetos licitados;

2 – recusa injustificada em montar os objetos licitados;

3 – recusa injustificada em entregar a totalidade dos objetos licitados;

4 – outras hipóteses de inexecução total do Contratado

IX – suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração pública, por prazo não inferior a 5(cinco) anos.

X – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir com a contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

18.3 As sanções previstas nos incisos I, IX e X do item acima poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.4 As multas e outras sanções previstas neste instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da contratada, devidamente comprovada perante a contratante.

18.5 As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da contratante. Se a contratada não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para esse fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

18.6 Aplicar-se-á multa de 3% (três por cento) do valor total da obrigação, pela não aceitação da nota de empenho e/ou recusa de assinatura do contrato dentro do prazo de validade da proposta.

18.7 Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidade, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

## 19- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 O pregoeiro lavrará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que fará parte integrante do processo licitatório e estará disponível para consulta no endereço informado neste edital.



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

19.2 É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente nos envelopes “A” e “B”.

19.3 A presente licitação a qualquer tempo poderá ser adiada por conveniência exclusiva da administração, revogada no todo ou em parte por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiro sem que caibam as licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 49 da Lei nº 8.666/93.

19.4 Anulação do procedimento licitatório induz a do contrato/nota de empenho.

19.5- O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei 8.666/93.

19.6 As licitantes são responsáveis, administrativa, civil e plenamente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.7 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.8 Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

19.9 O Foro da Comarca de Itaboraí / RJ será competente para dirimir as questões oriundas deste procedimento licitatório, até que seja instalada a Comarca de Tanguá, renunciando as partes a qualquer outro, ainda que privilegiado.

19.10 Não havendo expediente na data marcada, a reunião será realizada no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local, salvo por motivo de força maior ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

19.11 São partes integrantes deste edital:

Anexo I – termo de referência;

Anexo II – proposta de preços;

Anexo III – declaração de menor;

Anexo IV – declaração de superveniência;

Anexo V – declaração de habilitação (Art. 4º, Inciso VII da Lei 10.520/2002);

Anexo VI – carta de credenciamento;

Anexo VII – Declaração de preços;

Anexo VIII – Modelo de declaração da ME ou EPP;

Anexo IX – Minuta do Contrato

Anexo X – Minuta da Ata de registro de Preço

Tanguá, --- de --- --- de 2018.

---

Assinatura/Carimbo



Estado do Rio de Janeiro  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

PREGÃO Nº 097/2018

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

**1- OBJETO:**

O presente termo de referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão os serviços de contratação de um trator agrícola de pneus, com sistema hidráulico, mínimo de 75 CV, incluindo operador, implementos como roçadeira agrícola com 02 (duas) facas e largura de corte de aproximadamente 1300 mm, arado fixo com no mínimo 3 discos e largura de trabalho aproximadamente 900 mm, grade niveladora com no mínimo 28 discos, largura de trabalho mínima de 2350 mm e espaçamento entre os discos de no mínimo 1750 mm, pulverizador, sulcador e carreta agrícola. Combustível e todo ônus trabalhista por conta do contratado.

Não sendo o proprietário do equipamento, objeto do presente termo, como também não ter vínculo empregatício com o operador dos equipamentos, deverá o licitante vencedor apresentar, antes da autorização para o início dos trabalhos, o contrato de locação com o proprietário dos equipamentos, cuja propriedade deverá estar devidamente comprovada.

**2- METODOLOGIA DE CÁLCULO:**

Em atendimento a orientações da PGM e do TCE/RJ, relativo à ementa: artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, no caso específico não há como usar km como unidade de medida e sim hora trabalhada. O equipamento alugado não possui hodômetro e sim horímetro.

Segue estudo de viabilidade econômica demonstrando ser mais vantajosa para a administração a medida adotada.

<b>AUMENTO DAS DESPESAS</b>	<b>DIMINUIÇÃO DA RENDA</b>	<b>DIMINUIÇÃO DAS DESPESAS</b>	<b>AUMENTO DA RENDA</b>
<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>
Aluguel de trator R\$ 118.272,00	R\$ 0,00	Operador R\$ 35.600,00	Aquisição trator R\$ 143.900,00
		Combustível R\$ 24.600,00	
		Óleo lubrificante R\$ 6.281,63	
		Manutenção R\$ 6.214,07	
		Peças reposição R\$3.962,56	
<b>R\$ 118.272,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 76.658,26</b>	<b>R\$ 143.900,00</b>

C+D	A+B	RL= (C+D) - (A+B)
R\$ 220.558,26	R\$ 118.272,00	R\$ 102.286,26

Onde: **A**= Aumento das despesas  
**B**= Diminuição da renda  
**C**= Diminuição das despesas  
**D**= Aumento da renda  
**RL**= Resultado líquido

Caso não fosse vantajoso o aluguel em 1 ano, teríamos de achar o ponto de nivelamento com o aluguel por mais de um ano.

$$PN = \frac{CF}{(C+D) - (CV)} \cdot R$$

Onde: **PN** = Ponto de nivelamento  
**CF**= Custos fixos  
**CV**= Custos variáveis  
**R**= Referencial (tempo de aluguel em anos)

Não foi preciso calcular o ponto de nivelamento, pois o 1º ano já se mostra vantajoso. Usamos a fórmula linear para o cálculo de depreciação.

Considerando o percentual de 12% a.a.

$$D = \frac{143.900,00 - 17.268,00}{1} = 126.632,00$$

$$D = \frac{VA - VS}{T}$$



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

Onde: D = Depreciação  
VA = Valor de aquisição  
VS = Valor de sucata  
T = Tempo em anos

A ordem de serviço para o trator é de 08 horas por dia, para que atenda os produtores e execute as tarefas determinadas de roçar, arar, gradear ou pulverizar.

Estimando que o trator trabalhe 22 dias ao mês a 08 horas ao dia, teremos uma carga horária de 176 horas/mês. Considerando um ano (12 meses) de trabalho, teremos uma carga horária total estimada de 2.112 horas/ano.

De acordo com a SINAPI 12/2016, considerando o BDI de 20,34%, para um Trator de Pneus potência 85 CV tração 4x4, peso com lastro de 4.675 kg CHP diurno AF\_06/2014, Com CHP de 2.112, teremos um valor unitário de R\$90,50, e valor total R\$191.136,00.

### 3- JUSTIFICATIVA:

Estamos em uma região onde a influência da área urbana interfere muito na mão de obra do campo. Devido a este fato a necessidade de modernização e mecanização é muito grande. Se os agricultores não tiverem opção para suprir os tratos culturais; eles abandonarão as suas atividades e migrarão para a cidade. Nos últimos anos nosso município teve um aumento significativo de doenças relacionadas ao campo. Assim, precisamos aumentar a eficiência nos atendimentos aos produtores rurais quanto ao serviço de pulverização de defensivos agrícolas, distribuição de adubos dentro das propriedades, além das roçadas, aragem e gradeamento da terra, transporte de plantas novas ou para replantio da produção, tudo em conformidade com orientação técnica de profissional ligado a área ou informação da Secretaria de Estado de Agricultura e/ou de órgão de extensão rural.

Como a atividade agrícola não pode ser interrompida, o não atendimento no período certo pode comprometer, todo investimento do produtor, causando danos não só ao produtor, como também ao município. Daí a necessidade de contratação do equipamento objeto do presente termo.

O objeto deste Termo de Referência será utilizado para atendimento das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura em continuidade do projeto de apoio a Agricultura Familiar (PRONAF) e apoio aos demais pequenos produtores agrícolas do município que dependem do serviço de mecanização de suas lavouras para melhoria da produção e desenvolvimento rural da região sem, contudo, terem capacidade financeira para arcar com o ônus para contratação destes equipamentos, causando perdas na produção e assim provocando o êxodo rural.

No ano, exercício, anterior, a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, atendeu, com a mesma modalidade que agora busca contratar 162 (cento e sessenta e dois) serviços à diversos produtores rurais com os implementos tracionados por trator agrícola de pneus, a saber: arado 58 (cinquenta e oito) atendimentos; grade destorroadora/niveladora 58 (cinquenta e oito) atendimentos; roçadeira 51 (cinquenta e um) atendimentos; pulverizador 42 (quarenta e dois) atendimentos; sulcador 06 (seis) atendimentos e transporte, através de carreta agrícola, de adubo e produtos finais, dentro das propriedades assistidas. Estes serviços foram distribuídos na média de 2 (dois) dias por propriedade e sempre eram realizados, cumulativamente, com os implementos a serem aplicados na mesma área. Em razão das necessidades, nos sábados e feriados eram também praticados os serviços pois os períodos de preparação do solo e colheitas não permitem o recesso.

Para o exercício atual já foram realizados diversos pedidos pelos produtores rurais do município para realização dos serviços citados acima.

### 4- JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

Os serviços serão contratados por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da lei no 10.520, de 17 de julho de 2002,



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

pelo Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2.000, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas em Edital.

A escolha da modalidade de Pregão Presencial para a realização deste processo licitatório justifica-se pela agilidade e maior rapidez em sua execução e pela economicidade aos cofres públicos, possibilidade de se obter preços mais vantajosos pela Administração e também pela redução de preços durante o próprio processo de escolha.

**5- JUSTIFICATIVA DE NÃO SER REGISTRO DE PREÇOS.**

As especificações do objeto e a quantidade dos pedidos para item são aqueles constantes no anexo deste termo de referência, em que foram avaliados de acordo com o consumo dos exercícios anteriores, desta forma, haja vista a não imprevisibilidade quanto o quantitativo não se faz necessária a utilização do sistema de registro de preços.

**6- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

PT: 09.001.001.20.601.0025.2.085.000- Autossustentável Agrícola -SEMADRU

E.D. 33.90.39 .00–Outros serviços de terceiros –Pessoa jurídica

Detalhamento: 33.90.39.13.00- Locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis.

Ficha: 452

Fonte:160 - royalties

Modalidade de empenho: Global

**7- PROPOSTA**

A proposta deverá apresentar preço unitário e total, em moeda nacional, já considerando todas as despesas com tributos, transportes e demais custos que incidam direta ou indiretamente.

A presente contratação se dará por menor preço.

O prazo de validade não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data prevista para abertura das propostas. Consta oferta firme e precisa sem alternativas de preços ou qualquer outra condição de induza o julgamento a ter mais de um resultado.

**8- DO REAJUSTE**

O preço estipulado na proposta da contratada do objeto previsto neste termo é irremovível.

**9- FRETE**

A empresa vencedora será responsável pelo frete do objeto, assim como as despesas com combustível, pedágio, hospedagem, alimentação do motorista e outras despesas, que se fizerem necessárias.

**10- PRAZO DE VIGÊNCIA:**

A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos de 12 (doze) meses, limitado a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo de aditivo, conforme dispõe o art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**11- GARANTIA DOS SERVIÇOS:**

A contratada será responsável pela manutenção do equipamento, objeto deste termo, tendo prazo de até 03 (três) dias úteis para conserto ou substituição do equipamento danificado a fim de não prejudicar a programação de atendimento aos agricultores previamente cadastrados para não causar danos aos períodos de plantio ou cultivo.

**12- PRAZO DE GARANTIA**

Para efeito de garantia da locação do trator e dos implementos para realização dos serviços, será observado o que estabelece a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

e ocorrendo imperfeição do objeto do contrato, durante o período de cobertura previsto na legislação, o contratado será comunicado oficialmente via e-mail ou FAX para a substituição imediata dos mesmos.

**13- OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**

A execução do objeto contratado não esgota a responsabilidade da contratada quanto a eventuais quebras ou avarias que deverão ser corrigidas de imediato conforme previsto no item GARANTIA DE SERVIÇOS.

As despesas referentes a combustível, lubrificantes, operador, manutenção preventiva (filtros, óleos lubrificantes, graxas, lâmpadas e reparos que eventualmente sejam ocasionados por operação inadequada e/ou falha de operação) e eventuais danos morais e/ou materiais causados à terceiros durante a vigência deste contrato, quer seja pelo Contratado quer seja por seus prepostos, serão de responsabilidade do Contratado e caso a Contratante seja chamada para assumir responsabilidades por danos eventualmente causados pelo Contratado a terceiros, durante a vigência do contrato, poderá a Contratante exercer o direito de regresso a fim de não causar danos ao erário público.

Os serviços serão realizados mediante ordem de início emitida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, sempre registrado pelo apontador e fiscal do contrato, indicado pelo Contratante e de acordo com o agricultor recebedor do serviço, sendo 08 horas diária, estimada, em dias úteis, podendo ser requisitado aos finais de semana e feriados, quando necessário, sem que isto implique em aumento dos valores contratados.

Manter sob sua responsabilidade um livro de ocorrências onde serão feitas anotações diárias, concernentes ao desenvolvimento dos trabalhos e deverá ser “vistado” pelo agricultor recebedor do serviço como, também, pelo apontador e fiscal do contrato;

A Contratada credenciará para a direção dos serviços, com informação prévia ao Contratante, um de seus empregados;

O contratado deverá apresentar seguro do objeto do contrato;

Manter seu pessoal devidamente uniformizado, identificado, bem como substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, mediante solicitação, qualquer empregado ou preposto cuja conduta seja julgada inconveniente pelo Contratante, independente de apresentação de justificativa;

Levar, imediatamente ao conhecimento da fiscalização do Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção das medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

Diligenciar para que seus empregados prepostos tratem o pessoal do Contratante como também o recebedor do serviço, com atenção e urbanidade;

Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, atendendo de imediato as reclamações;

Fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual de caráter rotineiro, ou não, para a execução dos serviços;

Recolocar nos seus respectivos lugares, móveis e equipamentos, quando retirados para execução de serviços;

Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;





*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

Declarar que estarão computados, nos preços unitários, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc....., necessários à completa e correta execução do presente objeto.

Apresentar o objeto do contrato para vistoria técnica, antes do processo licitatório, à contratante.

**14- OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE:**

Realizar a vistoria técnica, no objeto do contrato, antes do processo licitatório.

Proporcionar todas as facilidades para que as contratadas possam cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;

Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no edital;

Será designado servidor da secretaria de Agricultura, para promover o acompanhamento da realização dos serviços, com fins de conferir no que for necessário às condições previstas neste termo.

Efetuar o pagamento até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao do recebimento definitivo, com atesto da nota fiscal da realização dos serviços, que deverá ser feito pelo servidor designado no edital.

Aplicar as penalidades, quando cabível.

**15- FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização da prestação de serviços será exercida através da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

À Fiscalização fica assegurada o direito de:

Exigir o cumprimento de todas as cláusulas contratuais;

Solicitar a substituição de qualquer empregado do Contratado cujo comportamento seja julgado inconveniente ou capacidade técnica que não corresponda a execução do serviço;

A presença da fiscalização não altera ou diminui a responsabilidade da Contratada na execução dos serviços.

**16- DAS SANÇÕES**

A licitante que entregar ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato ou fraudá-la, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, bem como o descumprimento, total ou parcial, de quaisquer obrigações elencadas na ordem de compra ou contrato, sujeitará a contratada às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto adjudicado;

III - Multa moratória no percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato (quando a infração implicar descumprimento do prazo pactuado);

IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, a critério da última;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

VI - Ocorrendo descumprimento do prazo de entrega dos serviços (ainda que parcial) a contratada estará sujeita, conjuntamente e no mesmo ato, à advertência e multas moratória e indenizatória nos termos do item acima.

VII - No caso de persistência do vício poderão ser aplicadas as sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade nos termos do item anterior.

VIII - O atraso poderá ensejar, ainda, o cancelamento do item faltante e/ou exclusão do fornecedor unilateralmente por parte da Administração.

IX - A vencedora estará sujeita à penalidade de suspensão temporária no caso de inadimplemento habitual com relação ao cumprimento da ordem de serviço ou reincidência reiterada em atrasos na prestação de serviços, a critério da Administração.

X - A aplicação das sanções previstas nesta seção será precedida de prazo de 5 (Cinco) dias úteis para defesa prévia do interessado.

XI - No caso de aplicação de sanção caberá recurso ao interessado no prazo de 5 (Cinco) dias úteis contados da data de notificação ou publicação.

XII - A(s) multa(s) aplicada(s) à contratada será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente, a critério da última.

XIII - Quando comprovado que o serviço não corresponde ao especificado, obrigar-se-á a empresa contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sob pena da contratante não considerar cumprida a obrigação.

**17- CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO:**

Pelo serviço do objeto da presente licitação, a Contratante efetuará o pagamento à Contratada, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada por 02 servidores, não sendo o ordenador de despesas.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após efetiva realização do serviço, sendo que a Contratada deverá encaminhar juntamente a nota fiscal.

**18- DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS PELO CONTRATADO:**

- 1 - Serviço de pulverização de defensivos agrícolas;
- 2- Serviço de distribuição de adubos;
- 3- Serviço com roçadeira agrícola;
- 4- Serviço com arado;
- 5- Serviço com grade destorroadora/niveladora;
- 6 – Serviço com sulcador,
- 7 - Transporte de plantas novas e replantio dentro da propriedade do agricultor.

O Contratado deverá manter sob sua guarda e responsabilidade os implementos agrícolas que por ventura sejam colocados à sua disposição pelo Contratante para execução dos serviços contratados e ocorrendo furto ou roubo dos equipamentos, será de inteira responsabilidade do Contratado a reposição dos mesmos ao patrimônio municipal.

**19- CRITÉRIOS DE FORNECIMENTO:**

Não é o caso, pois se trata de serviço.

**20- DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO: PROVISÓRIO / DEFINITIVO**



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

O objeto do contrato será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos seus componentes e as especificações dos opcionais constantes da proposta comercial, quanto à marca, modelo, especificações técnicas e níveis de desempenho mínimos exigidos.

Após recebimento provisório, o serviço será efetuado definitivamente, mediante a verificação da qualidade e sua consequente aceitação, por intermédio de Termo Definitivo de Recebimento, assinado pelas partes ou Atesto da Nota Fiscal pelo servidor responsável pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O prazo para o recebimento definitivo será de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento provisório.

Caso os serviços apresentem defeitos ou não sejam compatíveis com as especificações solicitadas deverão proceder a substituição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da licitante vencedora.

Caberá ao servidor responsável rejeitar os serviços que não estejam de acordo com as exigências, ou aqueles que não sejam comprovadamente originais ou novos, bem como determinar as suas substituições.

#### 21- MEDIDAS ACAUTELADORAS

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### 22- DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Caso o contratado não possua conta no banco indicado pela contratante, será cobrada uma taxa estipulada por aquele banco referente ao DOC.

As empresas licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos.

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a contratada cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

Não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários ou global sob alegações tais como perdas não consideradas de materiais, quantitativos incorretos, dificuldades em entrega de materiais especificados no prazo, entre outros.

Emitida a ordem de serviço, a contratada deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o termo de referência, buscando elucidar junto à fiscalização, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes executivos, materiais a serem aplicados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

Declarar expressamente que durante o período de garantia assume e se compromete a cumprir as obrigações relacionadas a seguir:



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

a) Prestar a assistência técnica, compreendendo reparos e substituições, às suas expensas, obrigando-se a colocar o móvel em perfeito estado de uso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da solicitação da contratada;

b) Refazer o serviço com entrega no prazo máximo de 02 (dois) dias se o os defeitos não forem corrigidos a contento.

**23- RESULTADOS ESPERADOS:**

Em razão dos serviços assistidos no exercício anterior e dando continuidade aos mesmos pois não pode haver solução sem causar prejuízos e visando o crescimento no atual exercício, pretendemos atender e satisfazer a todos os agricultores/produtores rural/pecuaristas assistidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, propiciando aos que necessitam desses serviços dando-lhes condições favoráveis ao bom desempenho de suas atividades diárias e desta forma colaborando para o aumento da produção de alimentos e engrandecimento do Município de Tanguá.

**24 - PLANILHA ESTIMATIVA**

<b>Item</b>	<b>Qtde</b>	<b>Unid</b>	<b>Descrição do material</b>	<b>Pr unit</b>	<b>Pr Total</b>
1	2.112	H	Locação de trator Agrícola de pneus, com sistema hidráulico, mínimo de 75 CV, incluindo operador e todo ônus trabalhista por conta do contratado	67,16	<b>141.841,92</b>

Secretaria Municipal de Agricultura



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO II  
PROPOSTA DE PREÇOS.

À  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ  
Comissão Pregoeira

Processo nº. 1505/2018  
Pregão presencial nº. 097/2018.

Prezados Senhores:

Conforme solicitação, apresentamos preços e condições para os produtos abaixo especificados:

Item	Qtde	Unid	Descrição do material	Pr unit	Pr Total
1	2.112	H	Locação de trator Agrícola de pneus, com sistema hidráulico, mínimo de 75 CV, incluindo operador e todo ônus trabalhista por conta do contratado		

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

Validade da proposta: \_\_\_\_\_

Condições de pagamento: \_\_\_\_\_

Prazo de entrega: \_\_\_\_\_

Dados bancários:

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta-Corrente: \_\_\_\_\_



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO III  
DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR  
PESSOA JURÍDICA

Pregão Presencial nº. 097/2018

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) senhor(a) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade número \_\_\_\_\_ e do CPF número \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido da Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ( ).

*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.*

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá estar dentro do envelope "B" – Habilitação.*



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO IV

ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES, SUBMISSÃO ÀS DISPOSIÇÕES  
LEGAIS E DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

Pregão presencial nº. 097/2018

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitações promovidas pela Prefeitura do Município de Tanguá e nem foi declarada inidônea para licitar, inexistindo até a presente data fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá estar dentro do envelope "B" – Habilitação.*



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO  
EXIGÊNCIA DO INCISO VII, ARTIGO 4º DA LEI 10.520/2002

Pregão presencial nº. 097/2018

Tendo examinado o edital, nós abaixo assinados, DECLARAMOS junto ao pregoeiro da Prefeitura do Município de Tanguá, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do envelope “B”, em conformidade com o inciso VII, artigo 4º da Lei 10.520/2002, para participação no pregão presencial.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro fora do envelope “A” – Proposta.*





*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO VI  
CREDENCIAMENTO

Pregão presencial nº. 097/2018

A empresa \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo identificado, credencia o senhor \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº. \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, para representá-la junto à Prefeitura do Município de Tanguá nos atos relacionados à modalidade pregão, podendo para tanto formular ofertas e lances verbais de preços, manifestar intenção de interpor recursos, desistir do direito de interpor recursos, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, concordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que conviver e, de modo geral, praticar todos os atos necessários e implícitos ao final, perfeito e cabal desempenhado do presente credenciamento.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro fora do envelope "A" – Proposta.*



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO VII  
DECLARAÇÃO DE PREÇOS

Pregão presencial nº. 097/2018

Declaramos, para fins de certificação junto a Prefeitura do Município de Tanguá, que nos preços contidos na proposta apresentada, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro fora do envelope "A" – Proposta.*



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO VIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP**  
**(ACOMPANHADO PELO DOCUMENTO EMITIDO DA INTERNET)**

Pregão presencial nº. 097/2018

A firma \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da Lei, que é (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

(local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Assinatura  
Representante Legal da Empresa

Carimbo do CNPJ

*OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada ao pregoeiro fora do envelope "A" – Proposta.*



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

ANEXO IX  
MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO PARA  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA  
-----, QUE ENTRE  
SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
TANGUÁ E A \_\_\_\_\_.**

Aos \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias do mês de (\_\_\_\_\_) do ano de ----, o Município de Tanguá, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Vereador Manoel de Macedo, 680 – Centro – Tanguá - RJ, doravante denominado CONTRATANTE, representado, neste ato, pelo Exmo. senhor ordenador de despesa ---, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº --- expedida pelo IPF, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº. ----- e do outro lado a \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida a \_\_\_\_\_, nº. \_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_/\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e, tendo em vista a decisão proferida no Processo Administrativo nº --- /---, assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem por objeto contratação de empresa para -----.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2.1 - Executar, por sua conta, todas as despesas relativas ao objeto do presente contrato, inclusive todas as taxas e impostos incidentes sobre o mesmo, bem como o custo do transporte em razão da execução do contrato, computando-se carga e descarga, ocorrendo toda operação única e exclusivamente por sua conta, risco e responsabilidade.

2.2 – Observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.

2.3 – Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer da aquisição contratada, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do CONTRATANTE.

2.4 – Substituir, independentemente das sanções previstas neste contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, às suas expensas, todo e qualquer equipamento que for recusado.

2.5 – A CONTRATADA se obriga a manter durante a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

2.6 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o que preceitua o art. 65, parágrafo primeiro da Lei 8.666/93.

2.7- A contratada disponibilizará para a locação os seus veículos e equipamentos com seguro sem franquia, livre quilometragem.



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

**CLÁULA TERCEIRA – DA GARANTIA**

3.1 – Caso o veículo apresente defeito ou esteja em manutenção, a contratada deverá substituí-lo por qualidade igual ou superior no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2- A manutenção deverá ser realizada no município de Tanguá.

**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1 – Pela locação dos equipamentos descritos na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância de R\$ --- (---), cuja despesa correrá a conta do PT nº -----, Elemento de Despesa nº -----e Nota de Empenho nº. \_\_\_\_/\_\_\_\_.

4.2 – Os pagamentos das notas fiscais/faturas devidamente atestada, serão efetuados no trigésimo dia, a partir da data final do período de adimplemento, pela Secretaria Municipal de -----, condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

a) prova de regularidade com o INSS;

b) prova de regularidade com o FGTS.

4.3 – Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei nº 8.666/93, fica estabelecido, contratualmente, o seguinte critério de compensação financeira:

a) Em ocorrendo atraso de pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuíveis à contratada, o débito será autorizado de acordo com o IGPM “pro rata die” entre a data prevista para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

b) A penalização para o caso estabelecido na letra anterior será de 01(um por cento) sobre o valor faturado.

c) Por eventuais antecipações nos pagamentos das faturas, a contratada concederá à contratante um desconto, a título de compensação financeira, calculado de acordo com o IGPM “pro rata die”, contados a partir do dia seguinte do efetivo pagamento até a data prevista para o mesmo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO**

5.1 - O preço contratado é irremediável, em conformidade com a legislação vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

6.1 – A locação dos veículos e equipamentos objeto do presente contrato, ocorrerá no prazo máximo de ---(---) <período>.

6.2 – A CONTRATADA fica obrigada a trocar, às suas expensas, o equipamento que for recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação, a qual ocorrerá após conferência quantitativa e qualitativa, atestada por servidor responsável da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

6.3 – A CONTRATADA se obriga a entregar os equipamentos nas condições e especificações constantes de sua proposta de preços.

6.4 – Na hipótese de rejeição completa, bem como na hipótese da CONTRATADA deixar de entregar os equipamentos adjudicado(s), é facultado à Administração convocar os licitantes remanescente, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções estabelecidas neste contrato e na Lei nº 8666/93.

6.5 – A CONTRATADA se obriga a atender as especificações e quantitativos de que trata a proposta de preços apresentada, assim como obedecer rigorosamente os prazos de execução estabelecidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA NO TODO OU EM PARTE**



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

7.1 – O presente Contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência no todo em parte.

**CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

8.1 – O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I - Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes; e
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

II – Unilateralmente pela Administração:

- a) Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos; e
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93.

**CLAUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 – O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de juros de mora no montante de 1% (um por cento), por dia de atraso, calculados sobre o valor do contrato, sem prejuízo da multa contratual pelo inadimplemento.

9.1.1 – A multa que alude o subitem acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei 8.666/93.

9.2 – A CONTRATADA total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- a) Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o serviço;
- b) Multa, que não excederá, em seu total 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o serviço;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízo para o serviço;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associem-se à prática de ilícito penal.

9.3 – As multas a que se referem os subitens 9.1 e 9.2, poderão ser aplicadas após regular processo administrativo e serão descontadas da garantia do respectivo Contrato, quando houver.

9.3.1 – Se as referidas multas forem de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.4 – A multa prevista no item 9.1, não têm caráter compensatório, porém moratória, e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelas perdas e danos ou prejuízos decorrentes das infrações cometidas.

9.5 – Contra as decisões de que resulte aplicação de penalidades, a CONTRATADA poderá, sempre sem efeito suspensivo, interpor recursos cabíveis na forma e nos prazos previstos na Lei nº 8.666/93.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO**

10.1 – As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos arts. 78 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

10.2 - A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

10.3 – Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei 8.666/93.

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:**

11.1 - O presente contrato será publicado, em extrato, de acordo com o que dispõe o Parágrafo Único, Artigo 61 da Lei n.º 8.666/93, correndo tais despesas por conta da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1 – Cabe à CONTRATANTE, a seu critério e através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do presente Contrato e do comportamento do pessoal da CONTRATADA, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus responsáveis técnicos, empregados, prepostos ou subordinados.

12.2 – A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CONTRATANTE.

12.3 – A existência e a atuação da fiscalização da CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto contratado e as suas conseqüências e implicações, próximas ou remotas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1 - Fica reservado a fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o fornecimento objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

14.2 – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado a execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.3 – É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº 8.666/93.

14.4- O ato convocatório desta licitação e seus anexos integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO:**

15.1 - Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de Itaboraí, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito



*Estado do Rio de Janeiro*  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TANGUÁ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

PMT/RJ  
Processo nº. 1505/2018  
Rubrica: \_\_\_\_\_ Fls.

Tanguá, ---- de ----- de 2018.

MUNICÍPIO DE TANGUÁ

Secretário Municipal

CONTRATADO

Representante Legal

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_.

*Assinatura*

2. \_\_\_\_\_.

*Assinatura*

RG: \_\_\_\_\_.

RG: \_\_\_\_\_.

CPF: \_\_\_\_\_.

CPF: \_\_\_\_\_.